

Espionagem: Sarney pede que a PF apure denúncia de Jarbas

Presidente do Senado considera “fato gravíssimo” informação de que senador por Pernambuco estaria sendo vítima de espionagem e solicita ao procurador-geral da República que acompanhe desdobramentos do caso. Romeu Tuma também instaura sindicância na Corregedoria Parlamentar para, no prazo de 30 dias, apurar denúncia publicada pela revista *Veja*. **3**

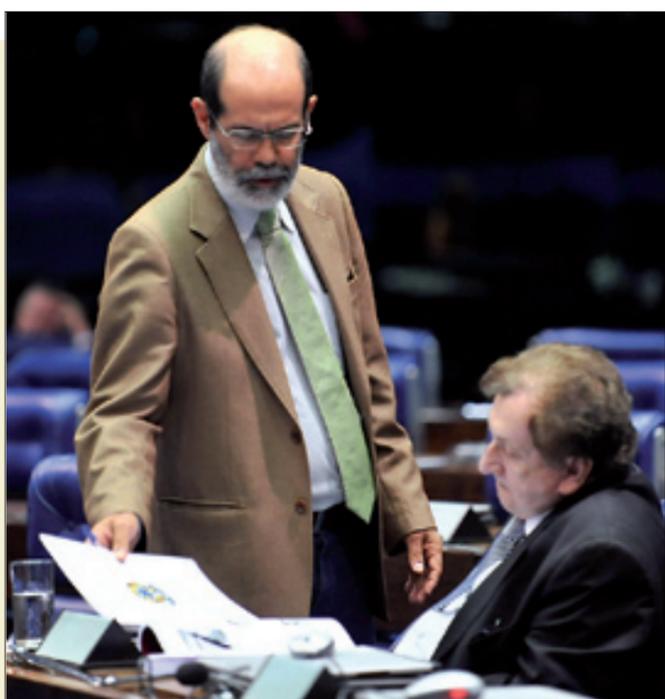
Sarney (entre Gilvam Borges e Heráclito Fortes) anuncia providências diante das denúncias



Gerardo Magela

Heráclito afirma que o governo tenta intimidá-lo

Senador atribui acusações contra ele ao fato de ter chamado o ministro da Justiça, Tarso Genro, a esclarecer comportamentos distintos nos casos de Cesare Batistti e dos pugilistas cubanos. **3**



Gerardo Magela

Mesquita Júnior (em pé, ao lado de Mão Santa) destaca trabalho de CPI

Mesquita Júnior quer campanha nacional contra abusos de crianças

Preocupado com o grande número de estupros de crianças e adolescentes, senador pede uma campanha nacional contra esses abusos, para orientar as pessoas sobre o que fazer para evitá-los. **8**

Príncipe Charles e Camilla no Congresso

Herdeiro do trono britânico e sua mulher, Camilla Parker Bowles, serão recebidos amanhã pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer. A proteção à natureza deve ser um dos temas da visita. **2**

Senado deve votar MPs contra a crise

A medida provisória que reforça a linha de crédito da Caixa Econômica Federal para o setor de construção civil é o primeiro item da pauta do Plenário nesta semana. Na quinta-feira, o líder do governo, Romero Jucá, apresentou parecer sobre a proposta, acrescentando a renegociação de dívidas para a cafeicultura e para a lavoura cacaueteira. Outra matéria que tem prioridade na ordem do dia é um projeto de lei de conversão proveniente de medida provisória que amplia os prazos de recolhimento de diversos tributos federais. Ambas as medidas foram baixadas pelo Poder Executivo com o propósito de combater a crise financeira. Os efeitos da turbulência na economia global devem ser discutidos na quinta-feira por comissão do Senado, que convidou o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega e outros economistas. **4 a 6**



Moreira Matiz

Depois de MPs, Plenário retoma votação de propostas de emenda à Constituição

Eles serão recebidos pelos presidentes José Sarney, do Senado, e Michel Temer, da Câmara. Na pauta, problemas relacionados à proteção do meio ambiente

Príncipe Charles e Camilla visitam o Congresso

HERDEIRO DO TRONO britânico, o príncipe Charles e sua mulher, Camilla Parker Bowles, duquesa da Cornualha, serão recebidos, amanhã, pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Mudanças climáticas, desmatamento da Amazônia e proteção do meio ambiente devem ser os temas predominantes na conversa. Esses são assuntos priorizados pelo Reino Unido e de interesse pessoal do príncipe desde que era estudante.

No ano passado, a organização não-governamental Prince's Rainforests Projects, criada em 2007 por Charles, criou um site para acelerar a identificação de problemas e a busca de soluções para combater o desmatamento no planeta. Esse site, que denuncia, em frações de segundos, cada metro quadrado de floresta tropical destruído na Terra, pretende ampliar o conhecimento mundial de iniciativas em favor dessas florestas e orientar as pessoas



Príncipe visitará Brasília, Rio, Manaus e Santarém

sobre atitudes para protegê-las.

O príncipe Charles e Camilla, que embarcam hoje no Chile com destino ao Brasil, visitarão, nos próximos dias, Brasília, Rio de Janeiro, Manaus e Santarém (PA). Segundo a embaixada britânica, durante a estada no Brasil, se reunirão com líderes empresariais brasileiros e britânicos, a fim de aproveitar a experiência da comunidade de negócios no combate às mudanças climáticas. Depois irão para o Equador.

Esta é a quarta visita de Charles ao Brasil e a primeira na companhia de Camilla. Ele já esteve aqui em 1978, 1991 e 2002. Em comunicado, o

embaixador britânico no Brasil, Alan Charlton, disse que o Reino Unido e o Brasil são parceiros naturais em questões relacionadas ao clima. "Compartilhamos os mesmos valores e trabalhamos em conjunto no combate a esse problema global. A visita do príncipe ajudará a fortalecer ainda mais essa parceria", disse ele.

De acordo com a organização BBC, o príncipe vai visitar comunidades autossustentáveis da Amazônia e dar palestras sobre mudanças climáticas. Vai aproveitar também a viagem para anunciar uma parceria entre a Youth Business International, instituição que atua em 37 países para ajudar jovens a entrar no mercado de trabalho, e a ONG Conexão, com sede no Rio de Janeiro. Nessa vinda à América do Sul, Charles e Camilla visitarão ainda o arquipélago de Galápagos, no Equador, como parte das comemorações do bicentenário do nascimento de Charles Darwin, que esteve no Brasil.

Azeredo participa de evento sobre cibercrime

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) participa, desde ontem, da Conferência Internacional sobre Cooperação para o Combate ao Cibercrime, na cidade de Estrasburgo, na França. O parlamentar deverá apresentar os avanços da legislação brasileira destinada a conter o uso da informática e da internet para a prática de crimes, discutindo também as propostas de cooperação internacional na área.

Promovida pela União Europeia, a conferência é um dos mais importantes fóruns mundiais de combate aos crimes cibernéticos. No evento, que se encerra amanhã, Azeredo deve relatar aspectos do substitutivo de sua autoria ao Projeto de Lei da Câmara 89/03 e aos projetos de Lei do Senado 76/00 e 137/00, que dispõem sobre normas para repressão ao cibercrime no Brasil. O texto tipifica, entre outros, crimes contra honra, difusão de vírus pela Internet, violação de propriedade intelectual, ataques a sistemas de computadores, além de racismo e pedofilia. Aprovado pelo Senado, o substitutivo tramita na Câmara desde agosto de 2008.

O senador também deve destacar a sanção da Lei 11.829/08, proveniente de proposta apresentada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, que torna crime o armazenamento de arquivos contendo



Senador leva para conferência experiências legais brasileiras

pornografia infantil e aumenta pena para a prática da pedofilia. A criminalização da divulgação, pela internet, de pornografia infantil e abuso sexual de crianças é um dos temas da conferência na França.

Também consta da agenda do evento o desenvolvimento da legislação de combate ao cibercrime no mundo e o avanço das leis visando fortalecer a cooperação entre provedores de serviços de internet. Os participantes da convenção discutirão ainda a implementação de mecanismos para rastrear dinheiro proveniente do crime organizado, impedindo o uso da rede para lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

Convenção

Os participantes do encontro devem também examinar os desdobramentos da Convenção Internacional contra o Cibercrime, conhecida como Convenção de Budapeste.

Nesse aspecto, Azeredo deve defender a adesão do Brasil ao acordo.

Aprovada em 2001 no âmbito da União Europeia, a Convenção de Budapeste hoje conta com a adesão de mais de 40 países, muitos deles de fora do bloco, como Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul. O tratado reúne normas de cooperação internacional para o combate às diferentes formas de cibercrimes.

Consultado pela Agência Senado, o delegado Carlos Eduardo Sobral, da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos, da Polícia Federal, classificou a Convenção de Budapeste como o principal instrumento de cooperação internacional entre órgãos policiais para a repressão a criminosos que se utilizam da rede mundial de computadores.

Sobral explica que o Brasil busca aperfeiçoar a legislação de forma a viabilizar a adesão do país ao tratado, harmonizando legislações penais. Como exemplo, cita o esforço da CPI da Pedofilia para criação de normas que regulamentem o fornecimento, à Justiça, de dados armazenados por provedores de acesso à internet.

– O país tem buscado adaptar sua legislação a normas já aceitas internacionalmente e a expectativa é que possamos assinar a Convenção de Budapeste ainda este ano – disse.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 14h, sessão deliberativa. A pauta está trancada por dois projetos de lei de conversão: o PLV 31/08 (MP 445/08), que dispensa a Caixa de recolher parte dos dividendos e juros sobre capital próprio para financiar a construção civil; e o PLV 1/09 (MP 447/08), que altera o prazo de pagamento de impostos e contribuições federais.



Jonas Pereira

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe, às 10h30, Cristovam Buarque (PDT-DF), acompanhado por delegação de brasileiros residentes no exterior; às 11h, recebe o ex-presidente do Chile Eduardo Frei; às 11h30, participa, na sala de audiências, do lançamento de programas de cooperação entre o Tribunal de Contas da União e o Senado Federal; às 12h, recebe o senador João Ribeiro (PR-TO), juntamente com Mozart Valadares, presidente da Associação Brasileira de Magistrados, e Wilson Dias, vice-presidente; e, às 13h, participa, no Palácio Itamaraty, do almoço oferecido pelo presidente da República em homenagem a Tabaré Vázquez, presidente do Uruguai.

Cesta de livro pode ser aprovada pela CE

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne, às 11h, para analisar 13 itens em pauta. Entre eles está o projeto que autoriza o Poder Executivo a criar, no Ministério da Educação, o Programa Cesta Básica do Livro, para garantir um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio. E o projeto que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa universitário de apoio à alfabetização de jovens e adultos.

CRA realiza reunião administrativa

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza, às 9h30, reunião administrativa.

CAE debate emendas das filantrópicas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne, às 10h, para examinar 64 emendas que os senadores apresentaram ao projeto que substituiu a medida provisória que tratava da certificação das entidades filantrópicas, conhecida como MP da Filantropia.



Márcia Kolumbe

Na pauta da CMA, impacto das chuvas nas cidades

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) se reúne, às 11h30, para apreciar o projeto que tem por objetivo reduzir o impacto da precipitação pluviométrica em áreas urbanas, como forma de evitar enchentes. Pelo projeto, o planejamento de serviços de saneamento básico deve incluir a redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.



Márcia Kolumbe

Nova rodada para aprimorar Regimento Interno

A Comissão Temporária do Regimento Interno do Senado Federal realiza, às 10h30, debate de propostas para reforma do Regimento Interno do Senado Federal, nos seguintes temas: Sessões Plenárias: tipos e fases; e Comissões: tipos e organização, competência, emendamento, relatoria e CPIs.



Mário Couto contesta informações de secretária

Couto denuncia propaganda em caderno escolar

O governo do Pará começou a distribuir entre os alunos da rede pública estadual de ensino, de acordo com Mário Couto (PSDB-PA), kits escolares e revistas com o logotipo da gestão, o nome da governadora Ana Júlia Carepa e textos elogiando a atual administração.

O senador fez a denúncia ao comentar matéria publicada ontem pela *Folha de S. Paulo*. De acordo com Mário Couto, além de contrariar a Constituição – que proíbe a exibição de nomes, imagens ou símbolos que caracterizem promoção pessoal na publicidade de atos e programas do governo –, “a licitação para a aquisição dos kits foi dirigida”.

A secretária da Educação, Iracy Gallo, assina um dos textos incluídos no kit: “Caro aluno, esta agenda é um presente: demonstra nosso compromisso com a dignidade e com o ensino público de qualidade”.

– Vossa senhoria está mentindo, secretária. Não há ensino de qualidade no Pará. O jornal *O Liberal* mostra uma escola na Vila de São Domingos, no Acará, que somente agora iniciará suas aulas. E é uma sala só para 80 alunos, sem energia elétrica, sem transporte público ou carteiras. Secretária, isso é ensino de qualidade? – indagou.

Intervenção

O senador também comunicou que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), presidida pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), e a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará entrarão, no Tribunal de Justiça do Pará, com um pedido de intervenção federal no estado.

Mário Couto opinou que existem muitos motivos para pedir intervenção no governo paraense, mas a alegação da CNA é o não cumprimento, por parte do governo, de 111 ações de reintegração de posse determinadas pela Justiça no território estadual.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ter ficado perplexo com o fato de o governo do Pará ignorar um número tão alto de ações de reintegração de posse determinadas pela Justiça.

Presidente do Senado solicita ao procurador-geral da República que acompanhe trabalho da PF na apuração da informação de que senador por Pernambuco estaria sendo espionado por adversários

Sarney pede que Polícia Federal investigue denúncia de Jarbas

O PRESIDENTE DO Senado Federal, José Sarney, anunciou ontem, durante a sessão plenária, o envio de ofício ao ministro da Justiça, Tarso Genro, pedindo a abertura de inquérito, pela Polícia Federal (PF), para verificar a denúncia do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) de que estaria sendo vítima de espionagem. Em outro ofício, Sarney pediu que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, acompanhe a investigação. A denúncia de Jarbas foi publicada na edição da revista *Veja* desta semana.

Sarney também enviou cópias dos ofícios ao corregedor parlamentar do Senado, senador Romeu Tuma (PTB-SP), para que acompanhe o desenrolar do caso e colabore com as investigações. De acordo com a revista, Jarbas acredita que integrantes do PMDB estejam por trás de interceptações telefônicas e de espionagem contra ele e seus familiares.

– Trata-se de denúncias graves, de um fato gravíssimo, em que o senador Jarbas Vasconcelos denuncia estar sendo vítima de espionagem e outros crimes que atentam contra a sua privacidade, o que jamais podemos tolerar contra qualquer senador desta Casa. A Mesa tomará sempre as medidas mais enérgicas, no sentido de que tudo isso seja apurado e sejam punidos os culpados – afirmou Sarney.

Pouco depois do pronunciamento de Sarney em Plenário, o corregedor Romeu Tuma baixou portaria e comunicou por ofício a Sarney e Jarbas Vasconcelos que instaurou sindicância na Corregedoria Parlamentar para, no prazo de 30 dias, apurar os fatos denunciados pelo

Heráclito acusa o governo de tentar intimidá-lo

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) negou ontem que tenha atuado em prol dos negócios do empresário Daniel Dantas e integrado o “esquema criminoso chefiado pelo banqueiro”, conforme denúncia publicada pela revista *Veja* desta semana. A reportagem foi baseada em documentos e gravações que teriam sido ordenadas pelo delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz durante a chamada Operação Satiagraha. Para o parlamentar, as informações são provenientes de integrantes do governo.

– Não há nenhuma dúvida de que esse assunto surgiu exatamente de setores da base do governo. O sr. Protógenes Queiroz não está nessa cruzada sozinho. É preciso que esses fatos sejam apurados – disse.

Dirigindo-se ao senador João Pedro (PT-AM), que defendeu o seu partido e pediu que se aguardasse o encerramento das investigações da Polícia Federal a respeito das escutas telefônicas, Heráclito apontou o envolvimento do PT na divulgação das informações. Pouco tempo antes da publicação da reportagem da *Veja*, lembrou, uma nota veiculada pela imprensa, no dia 14 de fevereiro, informava que dirigentes do PT tiveram acesso ao conteúdo das



Luiz Fernando Corrêa (E) conversou com Sarney sobre pedido de investigação

senador pernambucano.

Audiência

Pela manhã, Sarney recebeu, no gabinete da Presidência do Senado, o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, com quem conversou sobre o ofício ao ministro da Justiça. À saída da audiência, Luiz Fernando disse que foi uma visita

de cortesia, mas que esse assunto foi tratado.

– O presidente Sarney afirmou que mandará, via ministro da Justiça, que é o canal institucional, uma comunicação nesse sentido. E o ministro provavelmente despachará para a Polícia Federal e, em despachando, vamos analisar se realmente for da nossa atribuição.



Heráclito negou que integre esquema de Daniel Dantas

conversas telefônicas do senador, gravadas com a autorização da Justiça, e que integravam o inquérito da PF que levou à prisão de Dantas.

– De onde o seu partido recebeu essas informações? Responda. Faça como se fazia nos antigos tempos de PT: mande apurar esses fatos.

O parlamentar afirmou que está “na manchete dos jornais” por ter convocado o ministro da Justiça, Tarso Genro, para esclarecer por que teve dois comportamentos distintos nos casos de Cesare Battisti e o dos pugilistas cubanos quanto à concessão do asilo.

– É a tática usada para intimidar, para coagir, para ver se as pessoas recuam.

Heráclito acusou o presidente do PT em seu estado, Tião Ventriloquo, de ser “irresponsável e leviano” por pedir a sua cassação pelas denúncias publicadas por *Veja* sem ao menos levar em consideração a declaração do delegado Protógenes, de que não encontrou envolvimento de Heráclito no processo.

O parlamentar pediu que o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), acompanhe o caso, já que a denúncia da *Veja* envolve dois senadores – Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) também foi apontado como integrante do “esquema”. Disse ainda que as denúncias têm caráter de “antecipação da sucessão presidencial”, já que são sempre acusações seletivas que atingem um setor de um governo dividido, tentando prejudicá-lo, e fazendo com que “outros tirem proveito”.

Heráclito pediu também provas concretas que o envolvam com o caso Daniel Dantas, e se dispôs a abrir mão de “prerrogativas e imunidades” para qualquer investigação.

– Não aceito essas denúncias; eu tenho uma vida pública pela qual procuro zelar. Eu não aceito fatos dessa natureza; não aceito que não sejam devidamente esclarecidos.

Papaléo Paes (PSDB-AP) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defenderam o parlamentar e pediram a investigação das denúncias.

“Sociedade precisa estar vigilante”

Ao comentar as denúncias de escutas clandestinas que teriam sido feitas pelo delegado Protógenes Queiroz, publicadas pela revista *Veja*, o presidente do Senado, José Sarney, alertou ontem para a necessidade de toda a sociedade brasileira permanecer em constante vigília para que tais abusos – quando ocorrerem – sejam prontamente coibidos.

– Essa é uma preocupação constante [a realização de escutas clandestinas]. Eu já tive a oportunidade de fazer um discurso a esse respeito aqui. Neste momento, gostaria de lembrar uma frase antiga que diz que “o preço da liberdade é a eterna vigilância”. O preço do Estado de Direito é realmente o permanente controle da sociedade e de todos nós para que ele possa existir. Não devemos de qualquer maneira dormir; temos de vigiar cada dia, porque isso é garantia do cidadão, é garantia da liberdade – disse.

Sarney também reiterou que considerou gravíssima a denúncia publicada pela revista *Veja* de que o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) estaria sendo vítima de espionagem. Ele informou que já encaminhou ofícios à Polícia Federal e ao procurador-geral da República cobrando uma investigação sobre o caso.

– No caso da Polícia Federal, mandei, através do Ministério da Justiça, um pedido para que iniciasse uma investigação nesse sentido. Envie ao procurador-geral da República outro ofício pedindo sua colaboração e, para mostrar absoluta transparência nessa investigação, que colocasse um membro do Ministério Público para acompanhar as investigações.

Adicional de risco para vigilante universitário

Projeto de lei que cria adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica consta da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) que será examinada na reunião de hoje, às 11h. A proposta (PLS 179/08), de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), será examinada ainda nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), onde será votada em decisão terminativa.

Na justificativa da matéria, Zambiasi diz que é preocupante a crescente violência enfrentada pelos vigilantes universitários em suas atividades, muitas vezes sendo obrigados, como observou, a realizar funções institucionalmente delegadas à polícia civil ou militar. O senador lembra que, apesar de serem encarre-



Proposta de Sérgio Zambiasi está na pauta da Comissão de Educação

gados de manter a segurança nos campi universitários, os vigilantes não podem efetuar detenção de infratores nem portar armas de fogo. Na CE, a matéria tem como relator, senador Romeu Tuma (PTB-SP), que é favorável à sua aprovação. Para Tuma, o projeto valoriza importante grupo de trabalhadores associados à educação e pode funcionar como estímulo a

propostas voltadas ao conjunto de profissionais da área de segurança.

Cumulatividade

De acordo com a proposta, o adicional por atividade de risco será cumulativo com demais vantagens recebidas pelo vigilante, sendo fixado entre 50% e 100% do vencimento básico, conforme definição contida em ato a ser baixado pelo Poder Executivo. O benefício será ainda integrado às aposentadorias desses profissionais.

Sérgio Zambiasi sugere que o poder público atue também em outras frentes para combater o problema da violência nas universidades: aperfeiçoamento da segurança pública, treinamento adequado dos profissionais envolvidos com a segurança dos campi universitários e melhoria das condições de trabalho dos vigilantes universitários.

Programa visa alfabetizar jovens e adultos

Autorização para que o Executivo promova a criação do Programa Universitário de Apoio à Alfabetização de Jovens e Adultos está prevista em proposta que consta da pauta da reunião de hoje da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

De acordo com o projeto de lei (PLS 3/08), assinado por Cristovam Buarque (PDT-DF), todo aluno universitário beneficiado com recursos da União deverá, durante pelo menos um semestre, desenvolver atividades vinculadas à alfabetização de adultos.

Para a realização das atividades, a entidade de ensino superior em que o aluno estiver matriculado deverá dispor de programas relacionados à alfabetização de adultos. Os recursos para a execução do programa devem ser definidos no Orçamento da União. A proposta veda qualquer transferência de recursos federais para as entidades universi-



Cristovam Buarque adverte para elevado índice de analfabetismo

tárias que deixarem de criar programas de alfabetização de adultos destinados ao envolvimento de seus alunos.

O projeto será examinado em decisão terminativa no colegiado. O relator, Gerson Camata (PMDB-ES), é favorável à aprovação da matéria. Por julgar, no entanto, que um semestre letivo não é suficiente para um treinamento mínimo e subsequente estágio em sala de aula, o senador propôs emenda com a finalidade de

ampliar para um ano o período de vinculação dos universitários ao programa.

Cidadania

Na justificativa da proposta, Cristovam afirma que, pouco mais de um século após a abolição da escravidura, o Brasil ainda convive com a negação da cidadania plena a boa parte de sua população, submetida a enormes desigualdades socioeconômicas e educacionais. Para o senador, o analfabetismo entre jovens e adultos que não tiveram a chance de frequentar a escola é a faceta mais gritante dessa realidade de exclusão social.

“Em pleno século 21, convivemos com um índice de analfabetismo de 11,4% da população de 15 anos ou mais, o que totaliza mais de 14 milhões de brasileiros”, destaca Cristovam. No entanto, lembra ele, esse índice é quase o dobro na região Nordeste: 22,4%.

Projeto institui a Cesta Básica do Livro

Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar o programa Cesta Básica do Livro no âmbito do Ministério da Educação poderá ser votado hoje pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A proposta, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), visa garantir acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio e receberá decisão terminativa na comissão.

Pelo projeto (PLS 278/08), as famílias que tenham filhos entre seis e 18 anos matriculados em escolas públicas devem receber dois livros de conteúdo literário, artístico ou científico, por bimestre. Esses livros devem constar de um catálogo elaborado pelo Ministério da Educação e aprovado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Edu-

cação, a ser atualizado a cada dois anos.

Na justificativa da proposta, Cristovam ressalta que a definição de salário mínimo e de cesta básica, prevista no Decreto-Lei 399/38, não inclui a cultura como um dos aspectos a serem satisfeitos pela remuneração, uma vez que contempla o atendimento das “necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte” do trabalhador. Nem mesmo a Constituição de 1988 inseriu a cultura entre as necessidades básicas das pessoas, informou o autor, apesar de ter ampliado o conceito e determinado que o salário mínimo deva prover as necessidades não só do trabalhador, mas de sua família.

Tampouco o conceito de cesta básica – composta de 13

alimentos – inclui a cultura, observou Cristovam. O senador reconhece a influência benéfica da instituição do salário mínimo e da cesta básica, porém defende a evolução do conceito para inserir livros entre os itens da cesta básica.

O relator, Marco Maciel (DEM-PE), ofereceu parecer pela aprovação da matéria.

Vida

Também constam da pauta da CE outros 11 itens, entre eles o projeto de lei da Câmara (PLC 112/08) que cria, nas escolas públicas de todo o país, a Semana de Educação para a Vida. A proposta é do deputado Enio Bacci (PDT-RS) e prevê que, durante o evento, a escola trabalhe conteúdos extracurriculares, como ecologia, meio ambiente, sexualidade e educação para o trânsito.

Segundo Francisco Dornelles, presidente do colegiado, devem ser discutidos os motivos do aumento do *spread*, as taxas de juros e a queda nas exportações

Comissão da crise reúne-se na quinta com economistas

A COMISSÃO DE Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade convidou quatro economistas para sua primeira reunião, a ser realizada quinta-feira: o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega; o professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) José Márcio Camargo; o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Marcos Lisboa; e o professor da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) Luiz Schymura. O encontro será realizado a partir das 14h, na sala da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

As taxas de juros do país, que estão entre as mais altas do mundo, serão um dos temas a serem debatidos na reunião. Também foram incluídos na pauta os *spreads* bancários (diferença entre as taxas que os bancos pagam ao captar recursos – por meio, por exemplo, de certificados de depósito bancário (CDBs) – e as taxas que essas instituições cobram ao emprestar.

O sistema financeiro vem sendo criticado por manter grandes *spreads*, apesar de medidas governamentais como a redução dos depósitos compulsórios e da taxa básica (também chamada de taxa Selic), que deveriam estimular a diminuição dos juros cobrados. O presidente da comissão, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), afirmou que o colegiado pretende analisar os motivos do aumento do *spread*. Os bancos argumentam que uma das principais causas é a inadimplência dos tomadores de empréstimos.

Outro tema a ser discutido se refere à construção civil – e, portanto, aos programas habitacionais –, pois o setor é considerado crucial para a manutenção e a geração de empregos. O governo federal também vem adotando medidas na área, como a liberação de mais recursos para o financiamento do setor. Ainda deve ser abordada na reunião



Ex-ministro Mailson da Nóbrega é um dos convidados a questão das exportações, que estão em queda.

Banco Central

A comissão presidida por Francisco Dornelles pretende reunir-se, nos próximos dias, com o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles. A instituição é responsável pela política monetária do país, o que inclui as decisões quanto à taxa básica de juros (os diretores do Banco Central reúnem-se nesta semana para decidir o nível dessa taxa, atualmente em 12,75% ao ano).

Na semana passada, os integrantes da comissão da crise encontraram-se com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Além de Francisco Dornelles, o colegiado é formado pelos seguintes senadores: Aloizio Mercadante (PT-SP), Marco Maciel (DEM-PE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Comissão de Justiça vota proteção especial a vítimas e testemunhas

A vítima e a testemunha de delito poderão passar a ter o direito de não depor na presença do acusado, familiares ou amigos dos acusados. A proteção está prevista em projeto que está na pauta de amanhã, para decisão terminativa, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Autor da proposta, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) diz que o objetivo é cercar as vítimas e as testemunhas de garantias especiais para, “segura e tranquilamente”, prestarem colaboração.

O projeto (PLS 173/01) garante à vítima e à testemunha o direito de depor encapuzadas ou usando microfone com modificador de voz; de sigilo dos seus endereços, que não poderão constar dos inquéritos e processos judiciais; e em sala separada da do acusado, enquanto estiverem à disposição do juiz.

“Esse projeto assegura à vítima e à testemunha o gozo de seus direitos dentro da relação jurídica processual, sem correr o risco de constrangimentos provocados pela presença do acusado ou de seus familiares”, afirma o senador.

Na proposta original, Alvaro Dias havia sugerido também o direito ao anonimato. No entanto, o ex-senador Rodolpho Tou-

rinho, primeiro relator da matéria na CCJ, retirou esse quesito, alegando que a medida contrariava a garantia constitucional de ampla defesa do acusado. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em novo parecer, manteve a decisão de Tourinho.

Bens

Consta ainda da pauta da CCJ matéria que altera o Código de Processo Penal (CPP) para prever a indisponibilidade de bens do indiciado ou acusado e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para a apresentação de pedido de restituição ou disponibilidade.

O projeto (PLS 138/06), do então senador Antonio Carlos Magalhães, já foi aprovado na CCJ, em decisão terminativa, em maio de 2006. Enviado à Câmara dos Deputados, a matéria foi alterada e retorna para nova análise da CCJ. O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), acatou as alterações.

Também poderá ser analisado pela CCJ projeto (PLS 51/06) do então senador José Jorge que regulamenta artigo da Constituição sobre processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.

CDH examina projetos que ampliam proteção a menores

Em sua primeira reunião de votação em 2009, marcada para amanhã, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examinará dois projetos que alteram dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente com vistas a ampliar a rede de proteção para os menores de idade.

A primeira proposta, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Exploração Sexual, determina o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou estabelecimento congênere que tenha por prática hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsáveis e sem a devida autorização. O projeto (PLS 255/04), aprovado pelo Senado e enviado

à Câmara, volta agora ao Senado com uma emenda dos deputados, retirando a especificação do valor das multas e prevendo a possibilidade de cassação da licença do estabelecimento.

A CDH examinará também proposição do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para criar, em cada município, um segundo conselho tutelar, com cinco membros, escolhidos pela comunidade e com mandato de cinco anos, permitida uma recondução. Pelo PLS 119/08, os conselheiros dos dois conselhos tutelares terão os mesmos direitos trabalhistas e sociais previstos na Constituição para os trabalhadores em geral. O projeto tem parecer favorável de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Proposta amplia direito de deficiente à acessibilidade

Órgãos públicos e entidades privadas que prestem atendimento ao público devem ser obrigados a garantir acessibilidade a pessoas com deficiência ou que tenham mobilidade reduzida. Caso deixem de cumprir a legislação que protege a acessibilidade, ficarão sujeitos ao pagamento de multas de 20 a 200 salários mínimos. É o que prevê projeto a ser examinado amanhã na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O texto foi elaborado por Flávio Arns (PT-PR) como alternativa ao projeto de lei do Senado (PLS 738/07) de Romeu Tuma (PTB-SP), relatado por Arns.

Outra proposta em análise na CDH, também em caráter terminativo, é o substitutivo



Arns é relator da matéria, em exame na Comissão de Direitos Humanos

da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) a projeto de lei (PLS 361/08) de Romeu Tuma que garante a reserva de 5% das vagas nos estabelecimentos públicos e privados aos idosos e pessoas com deficiência. A matéria modifica o Estatuto do Idoso para garantir a ampliação de direitos.



O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (E), sugere que futuras concessões de refúgio político sejam submetidas ao Senado

Comissão ouve Tarso Genro sobre status de refugiado a Battisti

Autor do requerimento da audiência, Heráclito compara o caso do italiano ao episódio da devolução de dois atletas cubanos que fugiram da delegação de seu país durante o Pan

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza audiência pública nesta quinta-feira, às 10h, para ouvir o ministro da Justiça, Tarso Genro, sobre o refúgio político por ele concedido ao italiano Cesare Battisti. Preso no Brasil desde 2007, Battisti foi condenado na Itália por ter participado, nos anos 70, de ações terroristas que teriam resultado na morte de quatro pessoas.

A reunião foi proposta pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), em requerimento aprovado por unanimidade na semana passada. A audiência poderá ser em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), já que este colegiado vai examinar, como primeiro item da pauta da reunião de amanhã, requerimento de Cristovam Buarque (PDT-DF)



Comparecimento de Tarso Genro está marcado para quinta-feira

com essa finalidade.

Na opinião de Heráclito Fortes, a concessão de refúgio a Cesare Battisti surpreendeu a sociedade brasileira e, “com maior ênfase ainda”, a sociedade italiana. O senador comparou o caso do italiano ao episódio da devolução a Cuba de dois atletas cubanos que fugiram da

delegação de seu país ao fim dos Jogos Pan-Americanos de 2007, realizados no Rio de Janeiro.

Na quinta-feira, duas horas antes da audiência, Cristovam Buarque, que preside a CDH, e José Nery (PSOL-PA), vice-presidente, farão uma visita a Battisti no Centro Penitenciário de Brasília. Cristovam disse sentir-se “incomodado” com o fato de o Brasil ter concedido asilo a quem cometeu crime de sangue, mas lembrou que delitos cometidos há tanto tempo prescrevem.

O presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), anunciou na semana passada a apresentação de proposta de emenda à Constituição destinada a submeter ao Senado futuros casos semelhantes ao da concessão de status de refugiado político.

CCJ examina amanhã propostas que fortalecem segurança pública

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá votar amanhã o relatório do senador Osmar Dias (PDT-PR) sobre cinco propostas de emenda à Constituição (PECs) que alteram questões relativas à segurança pública. Osmar apresentou substitutivo com voto favorável à PEC 60/05, que modifica o artigo 144 da Constituição a fim de impedir que os recursos definidos para o setor sofram qualquer tipo de desvio ou limitação.

A proposta insere ainda dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular por cinco anos receitas da segurança pública. A vinculação respeitaria a seguinte distribuição: pelo menos 10% dos impostos arrecadados pela União; no mínimo 7% dos arrecadados pelos estados; ao menos 5% dos recolhidos pelo DF; e pelo menos 1% do montante arrecadado pelos municípios.

As propostas em exame tratam de temas variados, desde procedimentos de interrogatório policial até a criação de fundo específico para o setor. Osmar Dias recomenda que quatro das cinco PECs sejam rejeitadas – as de nºs 22/01, 43/03, 20/06 e 8/07 –, e pede a aprovação da PEC 60/05 na forma de um substitutivo.

Essa proposta, de iniciativa do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), já havia sido aprovada pela CCJ em 2007 e pelo Plenário no ano passado. A matéria voltou à CCJ devido a pedido feito em 2008 pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para a tramitação conjunta de todas as propostas de emenda à Constituição relativas à segurança pública.

A PEC 22/01, de Romeu Tuma (PTB-SP), fixa percentuais mínimos de aplicação da receita da União, dos estados e do Distrito Federal na organização e manutenção dos órgãos de segurança pública. A PEC 43/03, também de Renan Calheiros, altera o direito do preso de identificar os responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, quando se tratar de delitos relacionados com o crime organizado.

Já a PEC 20/06, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), sugere que o Ministério Público passe a presidir as investigações criminais, sendo auxiliado pelos órgãos de polícia judiciária. E a PEC 8/07, de Marconi Perillo (PSDB-GO), propõe a criação de um fundo de segurança pública, com receitas vinculadas, como ocorre com a saúde e a educação.

CMA analisa formas de evitar inundações

A redução do impacto da precipitação pluviométrica em áreas urbanas, como forma de evitar enchentes, é o objetivo de projeto que será examinado hoje, a partir das 11h30, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposta determina que o planejamento de serviços de saneamento básico deve incluir a redução da velocidade de escoamento de águas pluviais. Essa medida seria adotada em áreas urbanas com alto coeficiente de impermeabilização do solo e dificuldade de drenagem, que são as maiores causas das enchentes que têm deixado milhares de desabrigados no país.

Drenagem

O autor da matéria, senador Renato Casagrande (PSB-ES), argumenta que, tradicionalmente, os projetos de drenagem de águas pluviais priorizam o escoamento mais rápido da água proveniente das chuvas. A consequência, assinalou, é que a canalização aumenta os picos de vazão à jusante, favorecendo a ocorrência de inundações.

Os princípios mais modernos de controle de drenagem, explica o senador, procuram evitar tais efeitos ao promover a retenção da água pluvial no sistema de drenagem, possibilitando a infiltração da água no solo, de maneira a minimizar os impactos à jusante.

— É preciso, portanto, atentar para as novas tecnologias de drenagem de águas pluviais quando forem elaborados os planos de saneamento básico das cidades brasileiras — defende Renato Casagrande.

O projeto (PLS 205/08) já conta com voto favorável do relator, senador Almeida Lima (PMDB-SE). A matéria também será examinada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa.



Renato Casagrande chama atenção para novas tecnologias de drenagem

Medida provisória destina recursos da Caixa Econômica Federal para o financiamento do setor da construção civil. O relator, Romero Jucá, apresentou parecer na quinta-feira



Senadores discutirão a obrigatoriedade de voto secreto em decisões sobre perda de mandato e a redução da idade penal

MP da crise encabeça pauta de votações do Plenário

O SENADO PODE votar hoje, em uma pauta de 60 itens, o projeto de lei de conversão (PLV 31/08) originário da medida provisória (MP 445/08) que destina recursos da Caixa Econômica Federal para o financiamento do setor de construção civil — uma das MPs destinadas a combater os efeitos da crise financeira.

Na quinta-feira, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou relatório sobre a matéria, no qual incorpora as alterações feitas pela Câmara dos Deputados e apresenta emendas, como as que prorrogam, até o dia 30 de junho, os prazos para renegociação das dívidas relacionadas à cafeicultura e à lavoura cacaueteira. À Agência Senado, Jucá afirmou esperar que o texto seja votado hoje.

Também é prioridade na pau-

ta o PLV 1/09, proveniente da MP 447/08, que amplia em até dez dias os prazos de recolhimento de diversos tributos federais. O objetivo é fazer com que as empresas retenham durante mais tempo em caixa o dinheiro destinado ao pagamento desses tributos.

Voto secreto

Constam ainda da pauta duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que acabam com o voto secreto para decisão sobre perda de mandato (38/04 e 86/07) e uma que institui voto aberto para todas as deliberações do Congresso (50/06).

Poderá ser concluída em Plenário a discussão sobre a redução da idade para imputabilidade penal. Está pronto para votação o substitutivo do senador De-

mostenes Torres (DEM-GO) ao texto (PEC 20/99) que englobou cinco propostas que tratavam do mesmo assunto. O substitutivo foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em abril de 2007.

Conforme o substitutivo, menores de 18 e maiores de 16 anos só poderão ser penalmente imputáveis ou responsáveis se, à época em que cometeram a ação criminosa, apresentavam “plena capacidade” de entender o caráter ilícito do ato. Se condenados, esses jovens cumprirão pena em local distinto dos presos maiores de 18 anos.

Outro projeto a ser votado, incluído na pauta a pedido de Expedito Júnior (PR-RO) e outros senadores, é o PLS 54/04, que tipifica o crime do sequestro-relâmpago.

CAE pode examinar hoje projeto das filantrópicas

Em sua primeira reunião sob a presidência do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar hoje 64 emendas ao projeto (PLS 462/08) que substituiu a polêmica medida provisória (MP 446/08) sobre certificação das entidades filantrópicas.

Na Presidência do Senado, Garibaldi devolveu a MP ao governo, após severas críticas por parte da oposição, sob o argumento de que a medida anistia entidades que não cumpriam a legislação.

A MP da Filantropia chegou ao Congresso em 9 de novembro e, em sessão tensa, dez dias depois, a oposição anunciou que



Garibaldi devolveu ao Executivo, no ano passado, MP sobre o mesmo tema

obstruiria as votações se Garibaldi não a devolvesse. O senador anunciou a devolução, mas o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu que o assunto fosse encaminhado à Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ), pois entendia que o presidente do Senado não tinha tal poder. Na ocasião, Jucá apresentou projeto de lei (PLS 462/08) com texto parecido ao da MP.

O Congresso entrou em recesso em dezembro e a CCJ não decidiu sobre a consulta do líder governista. Dois dias depois de eleito presidente do Senado, José Sarney encaminhou a MP para exame dos deputados, pois o governo concordara em trocar a medida pelo projeto de Jucá. Em 10 de fevereiro, a Câmara rejeitou a MP. O projeto de Jucá, relatado por Valdir Raupp (PMDB-RO), é um dos primeiros que a CAE vai examinar sob a presidência de Garibaldi Alves.

Pregão pela internet deve ter leiloeiro

A participação obrigatória de leiloeiros em pregões virtuais está prevista em projeto de lei que será votado amanhã, em decisão terminativa, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto de lei (PLS 74/08), que recebeu substitutivo, estende a regulamentação que é aplicada aos leilões presenciais aos leilões virtuais que contam com a figura de um leiloeiro, não abrangendo aqueles similares ao americano eBay ou a sua subsidiária brasileira Submarino. A matéria altera o artigo 19 do regulamento a que se refere o Decreto 21.981/32, que trata da profissão de leiloeiro.

O autor do texto original, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), lembra que o leiloeiro, para exercer a atividade, precisa atender a alguns requisitos, como o de estar matriculado em uma junta comercial — que é o órgão responsável pela fiscalização da profissão. O parlamentar observa ainda que a atividade está sujeita a exigências como a manutenção de livros contábeis e a prestação de contas, estando o profissional sujeito a penalidades em caso de procedimentos irregulares.

Licitações

A Comissão de Ciência e Tecnologia vota ainda o Projeto de Lei da Câmara 88/08, que torna obrigatória a manutenção de dados atualizados sobre o andamento dos processos de licitação. São dispensados da exigência os municípios que possuam menos de 20 mil habitantes e não disponham de recursos técnicos e financeiros para cumpri-la.

A proposição modifica a Lei 8.666/93, que regulamenta o artigo 37 da Constituição federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública.



Iniciativa de Raupp será votada amanhã pela CCT

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Gilvam Borges • Mário Couto • Papaléo Paes

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Magno Malta (D), ao lado de Romeu Tuma, preside a CPI da Pedofilia

Senadores retomam votações e abrem leque de iniciativas

No primeiro mês após a abertura dos trabalhos do Legislativo – que ocorreu em 2 de fevereiro –, o Senado retomou as votações em Plenário e elegeu os novos presidentes e vice-presidentes de 11 comissões técnicas permanentes, além de instalar a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade. Os senadores também avançaram nos trabalhos da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno – para aprimorar o conjunto de regras que normatizam as atividades legislativas – e deram continuidade às atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia.

A restrição ao uso excessivo de medidas provisórias (MPs) e a modernização do Regimento Interno do Senado são defendidas pelo presidente da Casa, José Sarney, que também prometeu para abril a divulgação detalhada, na internet, dos gastos feitos pelos senadores com recursos da verba indenizatória, publicando, inclusive, o CNPJ dos recibos por eles apresentados para justificar as despesas. Sarney destacou ainda a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

O presidente dessa comissão, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), informou que o colegiado deverá apresentar nos próximos 45 dias um estudo sobre *spreads* bancários (diferença entre a taxa de captação e de aplicação, que fica em poder das instituições financeiras). Quanto mais alta for essa taxa, maior o lucro dos bancos, e a cobrança elevada de *spreads*, como ocorre no Brasil, dificulta a atividade econômica, segundo o senador. Ao analisar e propor medidas, a comissão deverá contribuir para neutralizar e minorar os efeitos da crise financeira, segundo Dornelles, que entregará periodicamente a Sarney e aos demais senadores os documentos elaborados pelo colegiado.

Regimento Interno

Presidida pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno tem como um de seus objetivos fortalecer o papel das comissões técnicas permanentes, possibilitando que maior número de projetos possa ser aprovado em decisão terminativa nesses colegiados. Outro tema de destaque é o uso da palavra no Plenário, para garantir os mesmos direitos aos 81 senadores.

Comissões

As 11 comissões permanentes do Senado escolheram seus presidentes na quarta-feira passada. A eleição dos presidentes de dez comissões foi feita por acordo que levou em conta o critério de proporcionalidade das bancadas – partidos com maior número de senadores tiveram preferência para escolher. Só houve disputa de votos na eleição para a presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), cujo vencedor foi o senador Fernando Collor (PTB-AL).

Os parlamentares também se preparam para apresentar projeto de lei que reformula o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41), cujos estudos estão sendo feitos por uma comissão externa de juristas, com vistas a modernizar essa legislação, em vigor há 68 anos. O colegiado tem prazo até julho para concluir seus trabalhos, que servirão de base para a elaboração do projeto de lei.

Já a CPI da Pedofilia, presidida por Magno Malta (PR-ES), aprovou requerimentos para realização de novas diligências e oitivas, com objetivo de dar continuidade às investigações e combater o crescimento de redes dessa perversão no país.



Comissão examina Regimento: Valadares (D), Maciel, Papaléo e Camata

Senador anuncia apresentação de projeto que visa reduzir número de assaltos a correntistas que sacam dinheiro

Gilvam propõe o bloqueio de celular em banco

O SENADOR GILVAM Borges (PMDB-AP) comunicou ao Plenário a apresentação de projeto de lei que obriga os bancos a instalarem em suas agências bloqueadores de sinais para telefones celulares (PLS 69/09). Ele entende que a medida reduzirá o número de assaltos a correntistas assim que eles deixam os bancos, pois os bandidos são informados por telefonemas, feitos por comparsas que ficam nas filas das agências, sobre quem retirou dinheiro no caixa.

De acordo com a proposta, explicou o senador, o custo de instalação será pago pelos próprios bancos e as empresas de telefonia devem facilitar a instalação dos bloqueadores. Gilvam Borges pede que seu projeto seja incluído no esforço nacional de combate à criminalidade.

O senador fez elogios ao novo presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, desembargador Douglas Evangelista, e ao novo procurador-geral do



Gilvam Borges elogia desembargador e procurador-geral do Amapá

Ministério Público de Justiça do Amapá, Iaci Pelaes, ambos empossados na semana passada. Gilvam Borges desejou ainda sucesso a Raimundo Nonato Frota Filho, até agora superintendente da Caixa Econômica Federal no seu estado, que está sendo removido dentro do programa de rodízio de pessoal do banco. Os três também foram cumprimentados, em aparte, pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

Brasil deve integrar Parlamento Amazônico, afirma João Pedro

Ao registrar em Plenário sua participação em reunião do Parlamento Amazônico, em Lima, capital do Peru, o senador João Pedro (PT-AM) cobrou dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, a formalização das indicações dos cinco parlamentares brasileiros titulares e dos cinco suplentes que integrarão o Parlamento Amazônico. De acordo com João Pedro, até que isso ocorra, o país não faz parte da instituição formalmente.

– O Brasil precisa definir seus cinco titulares e cinco suplentes. Nós precisamos conversar com o presidente desta Casa, mostrando a importância de o Brasil participar, pela sua presença, pela sua geopolítica, pela sua pujança, pela sua história. O Brasil precisa ter uma representação formal, oficial no Parlamento Amazônico, para discutir as questões ambiental, social, econômica e cultural – afirmou.

O encontro, realizado nos dias 5 e 6 deste mês, reuniu os países da chamada Pan-Amazônia, ou seja, as nações sul-americanas por cujo território estende-se a floresta: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Seu principal objetivo, informou o senador, foi definir uma agenda de atividades para o ano de 2009.

Na ocasião, segundo o parlamentar, foi lançado o livro *Geo Amazônia*, que reúne estudos



João Pedro: livro mostra que vivem na Amazônia 420 povos indígenas

de diferentes instituições de vários países sobre as peculiaridades dessa região. Citando a publicação, o senador informou que vivem na Amazônia 420 povos indígenas – 60 dos quais no isolamento –, que falam 650 dialetos e 86 línguas. O livro traz ainda dados sobre a parcela de cada um dos países da Pan-Amazônia coberta pela Floresta Amazônica – no caso do Brasil, a floresta ocupa 61% do território.

Para João Pedro, colocar o tema da Pan-Amazônia em pauta é falar de soberania nacional e refletir sobre a melhor forma de utilizar seus recursos naturais. Na avaliação do senador, apesar de não ser “o inferno verde”, a Amazônia também não deve ser encarada como “o Jardim do Éden”.

– É através da pesquisa e da ciência que nós vamos dominar a Amazônia. Aí, sim, nós vamos servir aos povos da Amazônia e servir à Humanidade – disse.

Pesar pela morte de irmão de Osmar e Alvaro Dias

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Orlando Dias, irmão mais velho dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Na presidência da sessão, Papaléo Paes (PSDB-AP) lembrou que Orlando orientou os dois parlamentares em suas carreiras políticas, desenvolvidas integralmente no estado do Paraná. O voto de pesar será encaminhado à família.

Pré-matrícula de cursos a distância do Interlegis

Iniciado no mês passado, o prazo para a pré-matrícula dos cursos a distância do Programa Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo) vai até o dia 15 de março. Dos 18 cursos que integram a grade curricular, dois estão sendo oferecidos pela primeira vez: Poder e Processo Legislativo e Tutoria no Ensino a Distância.

Os demais cursos ofertados pelo Interlegis são Busca da Qualidade; Licitações e Contratos; Fundamentos de Ensino a Distância (EAD); Instituições de Controle Orçamentário; Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal; Introdução ao Orçamento Público; Lei de Responsabilidade Fiscal Avançada; LRF – O Planejamento da Receita e da Despesa; Orçamento Público; Práticas de Orçamento Público; Técnicas de Oratória; Processo Legislativo Municipal; Noções Básicas de Administração; Pregão Eletrônico; Direitos e Deveres do Servidor Público; e Processo Administrativo Disciplinar.

Os cursos, que começam no dia 20 de março, terão duas turmas de 250 alunos cada uma e a duração de três meses. A exceção é o curso Poder e Processo Legislativo, com duas turmas de cem alunos cada uma. A justificativa, conforme o coordenador do Sistema de Saberes de Capacitação do Interlegis, Maurício Silva, é que esse curso, ao contrário dos demais, terá exercícios com questões subjetivas.

– A grande vantagem é que os cursos são gratuitos e todo o material é gratuito, enquanto o [curso] presencial exige muito gasto – afirmou.

Procura

No dia seguinte à abertura do prazo para a pré-matrícula, já havia 4.463 inscritos, entre servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Em 2008, foram atendidos 18.724 alunos. Desse total, 11 mil só no segundo semestre.

– Em 2009, pretendemos dar prioridade aos servidores do Legislativo – informou o coordenador, prevendo a possibilidade de não ter como atender à demanda.

Maurício Silva disse ainda que a procura pelos cursos é maior nas câmaras municipais, e são sobretudo os funcionários que buscam a capacitação.

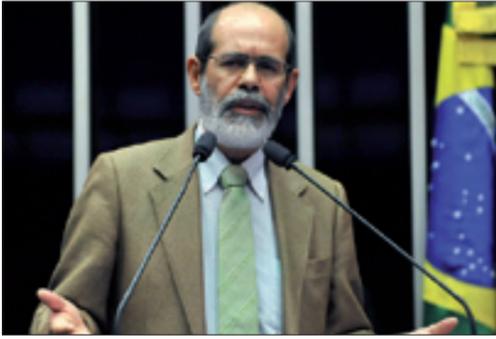
“As pessoas estão desesperadas”, diz o senador, ao relatar audiência realizada em Belém pela comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de pedofilia

Mesquita Júnior propõe ação contra abuso sexual

O SENADOR GERALDO Mesquita Júnior (PMDB-AC) defendeu ontem a promoção de uma campanha contra o abuso sexual de crianças e adolescentes.

– É necessário realizar uma grande campanha nacional para fazer com que as pessoas percebam os sinais do abuso e saibam os canais que podem acionar – afirmou.

O parlamentar citou reportagem publicada pelo jornal *O Globo* segundo a qual 43% dos atendimentos feitos por hospital em São Paulo referem-se a meninas menores de 12 anos grávidas em decorrência de estupro.



Campanha teria abrangência nacional, diz Mesquita Júnior

Disse também que dados do Sistema Único de Saúde (SUS) indicam que foram realizados 3.050 abortos legais no ano passado, como os permitidos em casos de estupro.

O parlamentar protestou contra a decisão do arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, de exco-

mungar todos os que participaram do aborto dos fetos gemelares realizado em garota de nove anos vítima de estupro. Mesquita Júnior relatou ainda a audiência ocorrida em Belém pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, destacando que centenas

de pessoas aguardavam os integrantes do colegiado no aeroporto, tarde da noite.

– As pessoas estão desesperadas – ressaltou.

O senador também comunicou a apresentação de voto de pesar pelo falecimento de Maria de Lourdes da Silva Roque, pioneira no estado do Acre.

Dornelles quer permanência do menino Sean Goldman no Brasil

A cinco dias do primeiro encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o chefe de Estado norte-americano, Barack Obama, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu ontem, em discurso, a permanência no Brasil do menino Sean Goldman, de 9 anos. O retorno dele aos Estados Unidos, de onde saiu aos 4 anos, vem sendo pedido pela secretária de Estado, Hillary Clinton.

A secretária já levou o caso ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pressionando por uma decisão da Justiça brasileira. Segundo o pai de Sean, David Goldman, o menino foi trazido para o Brasil de forma ilegal pela mãe, Bruna Bianchi.

A Justiça Federal do Rio de Janeiro está examinando o caso, que se complicou em razão da morte de Bruna durante o parto de uma filha, atualmente com seis meses. Desde então, Sean vive na companhia do pai afetivo, o advogado João Paulo Lins e Silva, viúvo de Bruna, que reclama a guarda da criança.

Para Dornelles, Sean Ribeiro Goldman está legalmente no Brasil, já que o Superior Tribunal de Justiça afastou totalmente a hipótese de seqüestro, baseando-se na Convenção de Haia. Esse diploma ordena o retorno de crianças na situação de Sean ao país de origem, desde que ela não esteja adaptada ao novo país e sua volta não vá causar dano emocional.

O senador observou ainda que Sean é na verdade brasileiro, pois foi registrado no consulado do Brasil em Nova York e depois teve seu registro assentado em cartório do Rio de Janeiro.

– O caso deve ser discutido na Justiça brasileira sem qualquer intervenção do Poder Executivo. A vontade do presidente e da secretária de Estado [dos Estados Unidos] não pode ficar acima do Poder Judiciário do Brasil – afirmou o parlamentar do PP.

Ele chamou a atenção para o fato de que Sean está integrado às famílias da mãe e do padrasto, convive com uma irmã de sangue e vive em am-



Dornelles lembra que criança foi registrada em consulado brasileiro

biente estruturado. Ao passo que o comportamento do pai biológico vem gerando suspeitas de que ele estaria lucrando com a campanha que move nos Estados Unidos a favor da repatriação de Sean.

Dornelles, por outro lado, pretende requerer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado a convocação do chefe da Secretaria de Recursos Humanos da Presidência da República, ministro Paulo de Tarso Vannuchi, para dar explicações sobre a atuação da Polícia Federal no caso. Segundo o senador, agentes teriam acompanhado David Goldman ao apartamento da mãe de Bruna numa ação de busca violenta.

Paim pede voto de aplauso ao compositor Cesar Passarinho

Paulo Paim (PT-RS) comunicou ontem ao Plenário a apresentação de requerimento de voto de aplauso ao compositor gaúcho Cesar Passarinho. O senador explicou que o músico, um dos maiores intérpretes do movimento nativista do Rio Grande do Sul, falecido em 1998, completaria 60 anos no dia 21 de março.

Cesar Passarinho faleceu em 14 de maio de 1998, em Caxias do Sul (RS), aos 49 anos, vítima de doença pulmonar, relatou o parlamentar.

– Creio que, nessa fase derradeira de sua vida, ele foi uma mescla de centauro dos pampas e guerreiro de pura cepa dos tauras genuínos – disse.

Paim informou que, desde 1971, na cidade de Uruguaiana, é realizado o festival Califórnia da Canção Nativa – o evento nativista mais importante do Rio Grande do Sul. A palavra Califórnia, segundo explicou, tem origem grega e significaria “conjunto de coisas belas” ou “competição entre vários concorrentes em busca de grandes prêmios”. A recompensa máxima da Califórnia da Canção Nativa é a Calhandra de Ouro, que é um pássaro da região.

O senador ressaltou que Cesar Passarinho era a grande marca dos festivais nativistas gaúchos, tendo ganhado quatro Calhандras de Ouro, além de outros sete prêmios como melhor intérprete. Sua discografia é composta por



Músico nativista completaria 60 anos no dia 21 de março, registra Paulo Paim

seis álbuns, sendo que preparava o sétimo quando morreu.

Paulo Paim afirmou que transmitirá os votos de aplauso do Senado à família de Cesar Passarinho em evento que promoverá no dia 22 de março, na Casa do Gaúcho, no Parque da Harmonia, em Porto Alegre. Conforme informou o senador, nesse dia, um domingo, ele receberá a partir das 11h convidados para comemorar o seu aniversário e homenagear o compositor gaúcho.

– Será uma verdadeira comunhão entre brancos, negros, índios, idosos, pessoas com deficiência, sem-teto, sem-terra, defensores da livre orientação sexual, de homens e mulheres que acreditam num país mais justo, igualitário e humanitário, independentemente de matizes ideológicas, partidárias e religiosas – ressaltou Paim.

Papaléo: homenagem a Amiraldo Bezerra e pesar por Paulo Melo

O escritor paraense e residente no Amapá Amiraldo Bezerra recebeu homenagem de Papaléo Paes (PSDB-AP). O senador leu o discurso proferido pelo escritor na Bial Internacional do Livro, realizada em Fortaleza. No texto, Amiraldo Bezerra diz que o seu primeiro livro foi a concretização de um sonho. “Quem não sonha, não tem passado e muito menos antevê o futuro”, afirma o escritor no discurso, acrescentando que “vale a pena sonhar, pois quem não sonha não vive”.

Papaléo também requereu voto de pesar pela morte do professor Paulo Melo no naufrágio de uma lancha, ocorrido na foz do Rio Araguari no último dia 5. O senador disse que Paulo Melo estava acompanhado de seis professoras e uma criança quando a lancha em que viajavam enfrentou ondas de até quatro metros de altura.

– A lancha virou e somente o professor Paulo Melo, que para salvar uma professora e seu filho de dois anos, entregou-lhes o tonel onde se segurava, acabou sendo tragado pelas águas. Portanto, para salvar mãe e filho, o professor sacrificou a vida – assinalou.

Mulheres

O parlamentar também homenageou as mulheres pela passagem do seu dia, comemorado no último domingo.

Ele disse que, quando participou do 45º Congresso Brasileiro de Cirurgia Plástica, ocorrido em novembro de 2008, em Brasília, recebeu o apelo dos cirurgiões em



Papaléo lê discurso de escritor paraense, para quem é preciso sonhar para viver

favor da especialidade médica e de várias mulheres vindas do Amapá e que eram vítimas de escarpelamento em acidentes com motores de barcos na região amazônica.

– Elas falaram sobre a falta de assistência médica adequada, de acesso efetivo e qualificado a uma cirurgia reparadora no caso de escarpelamento, e em todas as demais intercorrências ligadas à saúde – informou.

Papaléo ressaltou uma dessas insuficiências: “a que reflete a tristeza e o desconsolo das mulheres vítimas de câncer de mama que não conseguem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a reconstrução de suas mamas e, por extensão, a restauração de sua dignidade”.

O senador disse que os especialistas imploraram para que ele fizesse o SUS compreender a necessidade emocional de uma mulher mastectomizada ter sua mama reconstruída depois de vencida a luta contra o câncer.

Mão Santa defende reconstrução de mama pelo SUS



Mão Santa elogia proposta feita por Papaléo em homenagem às mulheres

Mão Santa (PMDB-PI) saudou discurso feito por Papaléo Paes (PSDB-AP) em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, no qual o senador pelo Amapá destacou o drama vivido pelas portadoras do câncer de mama.

Mão Santa elogiou “a sensibilidade demonstrada por Papaléo”, que chamou a atenção para a “necessidade emocional” de as mulheres que passaram por uma mastectomia terem acesso,

pelo Sistema Único de Saúde (SUS), à cirurgia gratuita de reconstrução da mama.

– Com a evolução da ciência e da tecnologia, espero que as cirurgias possam ser acompanhadas de cirurgião plástico para devolver à mulher a beleza como Deus imaginou – disse Mão Santa.

O senador afirmou ainda que o Dia da Mulher deve ser comemorado diariamente pela população.